

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho

Secretário Municipal: Rodrigo Hayashi Goulart

Rua Líbero Badaró, nº 425 - 8º e 12º andares -
3224-6000

E-MAIL:
comunicacaosmdet@prefeitura.sp.gov.br

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO

Ata de Reunião | Documento: 161329166

ATA DA REUNIÃO ON-LINE DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SOLIDÁRIO E SUSTENTÁVEL - CMDRSS

Data: 24/04/2026

Horário: 09h00 às 12h00 horas

Plataforma - online:

<https://teams.microsoft.com/meet/214852933927?p=gcwTEbyXSxPVCHspCM>

Participantes:

Poder Público:

- Aline Rodrigues Miyake - Suplente - SMDET/CA
- Aloísio Areias - Secretário do CMDRSS
- Lucas Carneiro Volpato - Titular - CATI/SAAP
- Luciana Chakarian Kuanda - Suplente - SMUL
- Ludmila Medllo de Amorim - Titular - Seclima
- Marcos Roberto de Freitas Luz - Suplente - Subprefeitura de Parelheiros
- Maria Alice Silva Ferreira Rosmaninho - Titular - Câmara Municipla de São Paulo
- Paulo Cesar Leite Saraiva - Suplente - CATI/SAA
- Raquel Grillo Vettori Rodrigues - Titular - SP Turins
- Roseli Allemann - Titular - SMVA

Sociedade Civil:

- Helen Evelin de Souza - Suplente - Movimento Agricultura Urbana Centro/Oeste
- Jaíne Pacheco dos Santos - Titular - Agricultoras Zona Sul
- Jorge Aparecido de Paula - Titular - Agricultores Zona Norte

- Paloma Fluentes - Suplente - Agricultores Zona Sul
- Pâmela Fernanda de Sousa Lucena - Suplente - CONGETUR
- Roseilda Lima Duarte - Titular - Agricultras Zona Sul
- Tamires Araujo Firmino - Suplente - OSC a Agricultura Familiar
- Terezinha dos Santos Matos - Titular - Agricultores Zona Leste
- Lia Goes de Moura - Suplente - Agricultures Zona Sul
- Solange Lajunza - Titular - CONGETUR
- Jordano Roma Buzatti - Titular - COMUSAN

Convidados:

- Diego Blum - AdeSampa
- Cyra Malta - SVMA
- Magno Celso - Ex Conselheiro
- Marcos Santana - Diretor/SMDET/CA
- Cristiano Gomes - Diretor/SMDET/CA
- Radomir Tomitch - SMDET/CA
- Marcos Akira Shimabokuro - Gestor Equipamento/CAE Leste
- Gilson Jose Vieira - Gestor Equipamento/CAE Norte
- Bruna Bau da Silva - Gestor Equipamento/CAE SUL
- Raquel da Costa Souza - SMDET/CA
- Lia Esperança - Agricultora

Ausência justificada:

- André Ruoppolo Biazoti - Titular - OSC à Agricultura Familiar

Reunião de 24/04/2026

Em 24 de Abril de 2026 foi realizada a 4ª reunião ordinária da 4ª gestão do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável - CMDRSS, Biênio 2025/2027 reunião Online.

Pauta da Reunião - CMDRSS

Pauta da Reunião - CMDRSS

24 de abril de 2026
09h às 12h | Formato: Online

1. Aprovação de Atas

- Atas dos meses de maio, setembro, outubro e novembro de 2025
- Atas de fevereiro I, fevereiro II e março de 2026

2. Comercialização e Escoamento da Produção

- Contribuição: Magno Celso (Ex-Conselheiro)

3. Apresentação Institucional

- Apresentação dos Gestores de Equipamentos das Casas de Agricultura Ecológica (CAEs) - SMDET/

Coordenadoria de Agricultura

4. Rolê Agroecológico e Programa POT

- Atualizações sobre o Rolê Agroecológico - Terezinha (Conselheira Titular)
- Plano Regenerativo dos Agricultores - verificação de atendimentos pendentes - Terezinha (Conselheira Titular)
- Programa POT: andamento, critérios de acesso e perspectivas de ampliação (número de vagas) Terezinha (Conselheira Titular)
- Jaine (Conselheira Titular)
- Helen (Conselheira Suplente)

5. Insumos para Hortas

- Adubo orgânico
- Marcio Boggarim (Conselheiro Titular)

6. Programa PAA - Acompanhamento

- Jordano Roma - Conselheiro Titular

7. Informes Gerais

Solange Dias: A reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável - (CMDRSS) foi iniciada pela presidente, que deu bom dia e boas-vindas aos conselheiros e conselheiras presentes. Informou ainda que as atas pendentes já estavam prontas para apreciação, porém, em razão da ausência de quórum naquele momento, a votação seria realizada posteriormente, assim que houvesse número suficiente de conselheiros para deliberação, possibilitando posteriormente sua publicação oficial.

Na sequência, foi iniciada a segunda pauta da reunião, referente à comercialização e ao escoamento da produção, tema proposto anteriormente pelo ex. conselheiro Magno. Durante a condução da pauta, foi concedida a palavra ao conselheiro Jorge, que também havia solicitado espaço para manifestação sobre o tema.

Pauta 2. Comercialização e Escoamento da Produção

- Contribuição: Magno Celso (Ex-Conselheiro)

Jorge de Paula: Relatou dificuldades relacionadas ao escoamento da produção agrícola na região do Jardim Damasceno, Zona Norte. Informou que possui grande quantidade de mercadorias, especialmente alface e banana, e que enfrenta dificuldades para comercializar os produtos localmente.

O conselheiro mencionou ainda que já participa do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), porém destacou que o programa recebe apenas mercadorias selecionadas, o que limita a destinação de parte de sua produção. Diante disso, solicitou apoio e informações sobre outras possibilidades ou iniciativas que possam auxiliar no escoamento da produção excedente dos agricultores da região.

Solange Dias: Em resposta à manifestação do conselheiro Jorge, a Presidente Solange Dias comentou sobre iniciativas de comercialização existentes, mencionando experiências desenvolvidas na Zona Norte, especialmente relacionadas a feiras e grupos de distribuição de produtos organizados pela Daniela. Foi sugerido que Jorge pudesse entrar em contato com ela para conhecer melhor o funcionamento da iniciativa e avaliar possíveis formas de participação.

Solange destacou ainda que existem ações mais estruturadas de comercialização na Zona Sul, incluindo os Armazéns Solidários, além da previsão

de inauguração de novas unidades. Ressaltou, porém, que seria necessário avaliar a existência de equipamentos semelhantes próximos à região do Jardim Damasceno, bem como a capacidade de fornecimento e logística de entrega dos agricultores locais.

Também foi mencionada a criação de grupos de compras e consumo coletivo organizados por integrantes da rede, como alternativa para fortalecer a comercialização da produção agrícola e ampliar o acesso dos consumidores aos produtos locais.

Informou que irá dialogar com Felipe e Marcos, responsáveis pelas articulações relacionadas à comercialização junto aos Armazéns Solidários, a fim de verificar a possibilidade de inclusão da produção do agricultor Jorge em iniciativas próximas à região da Zona Norte.

Solange destacou que será avaliada a existência de equipamentos ou pontos de distribuição próximos ao Jardim Damasceno, buscando alternativas para facilitar o escoamento da produção local. Informou ainda que pretende conversar também com a gestão da região da Brasilândia/Freguesia do Ó para verificar possíveis apoios e articulações.

Por fim, questionou o agricultor sobre a regularidade e o volume da produção disponível, buscando compreender se o excedente ocorre apenas em períodos específicos de colheita ou se trata de uma produção contínua, informação considerada importante para viabilizar estratégias de comercialização e distribuição.

Aloísio Areias: Complementou a discussão informando que a pauta referente à comercialização e escoamento da produção havia sido inicialmente solicitada pelo ex. conselheiro Magno, irmão do conselheiro Jorge, representante da região da Zona Norte no CMDRSS. Destacou ainda que os agricultores da região são atendidos pela Casa de Agricultura Ecológica da Zona Norte (CAE Norte), reforçando a importância de buscar alternativas de apoio à comercialização para os produtores locais.

Marcos Santana: Responsável pelas ações de comercialização, apresentou informações complementares sobre as iniciativas voltadas ao escoamento da produção agrícola. Informou que já havia sido encaminhada comunicação aos agricultores sobre as ações em andamento, incluindo os Armazéns Solidários e os grupos de consumo organizados junto aos produtores, destacando que essas iniciativas vêm apresentando resultados positivos no escoamento da produção.

Marcos relatou ainda que parte dos agricultores contemplados pelo programa já foi habilitada para fornecimento ao Banco de Alimentos, enquanto outros aguardam a liberação de cartões pelo Banco do Brasil para início das operações. Segundo informado, mais de R\$ 300 mil serão destinados à aquisição de produtos dos agricultores apoiados pelo programa Sampa+Rural, sendo que a maior parte dos beneficiários do edital é composta por agricultores vinculados ao programa.

Destacou que essa nova etapa representa um avanço importante para a comercialização da agricultura local e manifestou expectativa positiva quanto aos resultados da iniciativa. Durante a discussão, também foi mencionada a possibilidade de buscar alternativas imediatas para auxiliar o agricultor Jorge no escoamento da produção já disponível, incluindo eventual inserção em ações

ligadas ao Armazém Solidário ou outros pontos de comercialização.

Magno Celso: Participou da discussão relatando que possui produção disponível para comercialização, especialmente alface, catalônia, manjeriço e a farinha ora-pro-nóbis. Informou que, embora já participe de fornecimentos vinculados ao PAA, alguns desses produtos não constavam em sua listagem cadastrada no programa, impossibilitando a entrega da produção já cultivada.

Durante a conversa, Magno apresentou uma estimativa da quantidade disponível, mencionando possuir mais de 40 maços de catalônia e cerca de 50 maços de alface, além de outras hortaliças e ervas. Diante da situação, reforçou a necessidade de apoio para encontrar alternativas de escoamento da mercadoria, evitando perdas da produção já pronta para comercialização.

Lia Góes: Iniciou sua fala cumprimentando os participantes e questionando sobre a existência de projetos ou planejamentos específicos voltados à comercialização da agricultura familiar orgânica. Falando em nome da propriedade Fazendinha Pedaco do Céu e da Cooperapas – destacada como a única cooperativa agroecológica da capital – ressaltou a importância do apoio do poder público para o fortalecimento da produção agroecológica e da comercialização dos agricultores familiares.

Lia destacou ainda a necessidade de implantação de um plano de produção articulado junto aos agricultores, técnicos, engenheiros agrônomos e extensionistas, alinhando a produção às demandas reais do mercado consumidor. Segundo relatou, atualmente muitos agricultores realizam o plantio sem planejamento de mercado, o que acaba gerando excesso de determinados produtos e dificuldades posteriores de comercialização.

A conselheira explicou que o planejamento produtivo permitiria antecipar a busca por compradores e contratos, possibilitando maior organização da produção e redução de perdas. Citou como exemplo a experiência desenvolvida em sua propriedade, onde trabalha com programação antecipada da produção, permitindo saber previamente quais produtos estarão disponíveis em cada período.

Também observou que o mercado consumidor apresenta demanda significativa por raízes, frutos e legumes, como tomate, berinjela e vagem, enquanto muitos agricultores concentram a produção em folhosas, o que contribui para a saturação do mercado em determinados períodos. Por fim, defendeu a importância de um planejamento coletivo da produção agrícola, orientado pelas demandas do mercado e apoiado tecnicamente pelos órgãos públicos.

Marcos Santana: Em resposta à conselheira Lia Góes de Moura, ressaltou a importância do planejamento da produção agrícola como estratégia para evitar perdas, organizar a oferta de produtos e atender de forma mais eficiente às demandas de mercados, restaurantes e demais canais de comercialização.

Marcos destacou que considera fundamental a construção conjunta de planos de produção entre agricultores e equipes técnicas, a partir da apresentação das demandas de mercado já identificadas pelos produtores. Segundo ele, os técnicos da Coordenadoria de Agricultura possuem capacidade para orientar esse processo e auxiliar no

alinhamento entre produção e comercialização.

Informou ainda que levará a demanda apresentada ao diretor da área técnica da Coordenadoria, reforçando a necessidade de fortalecimento desse planejamento produtivo junto aos agricultores apoiados pelos programas da pasta. Também mencionou que ações recentes de reestruturação, incluindo melhorias relacionadas ao uso de sombrites e apoio técnico, têm buscado favorecer a organização da produção agrícola.

Por fim, Marcos ressaltou que, atualmente, os esforços da Coordenadoria de Agricultura estão fortemente direcionados ao fortalecimento da comercialização, considerando que muitos agricultores já possuem produção estruturada, sendo necessário agora ampliar os canais de venda e escoamento da produção.

Solange Dias: Destacou que o Armazém Solidário vem se consolidando como uma importante experiência de sucesso na comercialização da produção agrícola familiar. Informou ainda que estão em implantação mais duas unidades na região sul da cidade, localizadas no Grajaú no bairro Myrna, o que deverá ampliar os espaços de comercialização próximos às áreas de produção agrícola.

Solange observou que a expansão das estratégias de comercialização para outras regiões da cidade, como Zona Norte e Zona Leste, ainda representa um desafio, mas ressaltou que este vem sendo um dos principais focos atuais das ações da Coordenadoria de Agricultura. Segundo relatou, anteriormente o foco maior estava concentrado no fortalecimento da produção agrícola e na qualificação dos produtos, enquanto atualmente as discussões estão mais voltadas à comercialização e ao escoamento da produção.

A conselheira ressaltou que as dificuldades apresentadas pelos agricultores também representam uma preocupação da gestão pública, considerando que não é justo oferecer assistência técnica, insumos e apoio à produção sem garantir posteriormente condições adequadas de comercialização, evitando perdas nas propriedades rurais.

Também informou que estão sendo construídas parcerias com a organização SMDHC para possibilitar o fornecimento de produtos da agricultura familiar para serviços localizados nos territórios atendidos, permitindo que pequenos produtores comercializem volumes menores de forma contínua.

Incentivou os agricultores e conselheiros a apresentarem novas propostas de parcerias e canais de comercialização, reforçando que o momento atual é de construção coletiva de alternativas para fortalecer a comercialização da produção agrícola familiar e evitar desperdícios, especialmente diante da demanda alimentar existente na cidade.

Lia Góes: Sugeriu a ampliação das parcerias institucionais para comercialização da produção da agricultura familiar, defendendo a possibilidade de fornecimento de alimentos para os CEUs, escolas e creches vinculadas à Prefeitura de São Paulo. Além da comercialização, propôs que os agricultores possam participar de atividades educativas junto às escolas, apresentando aos estudantes a origem dos alimentos e o trabalho desenvolvido pela agricultura familiar agroecológica.

Lia também ressaltou a importância de fortalecer

ações de capacitação técnica dos agricultores, sugerindo maior aproximação com o SENAR para oferta de cursos e formações voltadas ao planejamento produtivo e diversificação das culturas. Segundo relatou, muitos agricultores ainda mantêm modelos de produção baseados apenas em práticas tradicionais familiares, sem planejamento orientado pelas demandas atuais do mercado.

A conselheira destacou que diversos produtos possuem demanda constante durante todo o ano, como cenoura, abóbora cabotiá, mandioca e mandioquinha, mas muitos agricultores deixam de investir nessas culturas por insegurança em relação à comercialização e pela ausência de orientação técnica específica sobre planejamento de plantio.

Também observou que parte dos agricultores ainda reproduz uma lógica produtiva semelhante ao modelo convencional, concentrando-se excessivamente em poucas culturas, especialmente folhosas, o que acaba saturando o mercado local. Defendeu, assim, o incentivo à diversificação e ao consórcio de culturas, incluindo práticas agroecológicas e biodinâmicas, permitindo maior equilíbrio produtivo, diversificação da oferta e melhor aproveitamento das áreas cultivadas.

Por fim, reforçou a importância de ampliar o acompanhamento técnico e o apoio ao planejamento agrícola, de modo a auxiliar os produtores na organização do plantio conforme as demandas do mercado consumidor e fortalecer a sustentabilidade econômica da agricultura familiar agroecológica.

Lia Góes: Destacou a importância da formalização dos agricultores familiares, especialmente em relação à emissão de notas fiscais e regularização como produtor rural, pessoa jurídica rural e MEI, utilizando CNAEs relacionados às atividades agrícolas e de comercialização em feiras e hortifrutis.

Lia ressaltou que iniciativas anteriores desenvolvidas em parceria com órgãos públicos contribuíram significativamente para o processo de formalização dos agricultores, mas que parte dessas ações perdeu continuidade após mudanças de gestão. Segundo ela, ampliar o acesso dos agricultores à emissão de notas fiscais representa um avanço importante para a comercialização e para o reconhecimento institucional da agricultura familiar no território.

A conselheira observou ainda que a ausência de formalização faz com que muitos agricultores não sejam contabilizados oficialmente em levantamentos realizados por órgãos federais e instituições ligadas ao setor agrícola. Citou como exemplo dados apresentados em conferências e levantamentos recentes, nos quais o número de agricultores reconhecidos formalmente ainda é muito inferior ao total de produtores efetivamente identificados pelos programas municipais de agricultura.

Por fim, reforçou que o fortalecimento da formalização e da emissão de notas fiscais pode contribuir para o reconhecimento da região como importante polo de agricultura sustentável e ampliar o acesso dos agricultores familiares a políticas públicas, mercados institucionais e oportunidades de comercialização.

Solange Dias: Ressaltou que o processo de regularização dos agricultores não deve se limitar apenas à emissão de documentos e registros

formais. Segundo destacou, é fundamental que os agricultores também recebam orientação e acompanhamento adequados para compreender e administrar corretamente essa regularização, evitando futuros problemas administrativos, fiscais ou legais.

Solange enfatizou que a preocupação da gestão é garantir não apenas a formalização inicial, mas também assegurar que os agricultores tenham condições de manter sua situação regularizada de forma segura e sustentável ao longo do tempo.

Na sequência, a coordenação da reunião buscou encaminhar a palavra para outras participantes inscritas, realizando tentativas de comunicação com a conselheira Teresinha e, posteriormente, passando a palavra para Rose, em continuidade às manifestações da pauta.

Terezinha Matos: Trouxe questionamentos sobre as dificuldades enfrentadas pelos agricultores no acesso e operacionalização do PAA, especialmente em relação à demora para liberação das contas bancárias e início efetivo das entregas dos produtos.

Terezinha relatou que esta é sua primeira participação no programa e informou que, embora já tenha realizado o plantio da produção destinada ao PAA logo após a inscrição, ainda não conseguiu concluir a abertura da conta bancária necessária para recebimento dos pagamentos. Segundo destacou, essa situação tem gerado insegurança e dificuldades para os agricultores, uma vez que muitos acabam produzindo antecipadamente sem saber ao certo quando poderão iniciar as entregas.

A conselheira questionou se esse atraso ocorreu também em anos anteriores ou se trata de uma situação específica deste ano, ressaltando a importância de que os agricultores recebam informações mais claras e previsíveis sobre os prazos de liberação do programa. Segundo ela, um melhor alinhamento permitiria aos produtores organizarem o plantio e a produção de forma mais segura, evitando perdas e desperdícios de alimentos.

Por fim, reforçou a necessidade de maior planejamento e comunicação entre a gestão do programa e os agricultores participantes, de forma que os produtores possam adequar seu calendário agrícola às etapas administrativas e operacionais do programa

Marcos Santana: Esclareceu que as dificuldades enfrentadas neste ano ocorreram de forma excepcional, principalmente em razão dos processos de autorização conduzidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), responsável pelas aprovações para fornecimento ao PAA.

Segundo Marcos, houve demora no retorno e na tramitação das autorizações por parte do Governo Federal, o que acabou impactando o início das entregas pelos agricultores. Além disso, destacou que o processo também depende das etapas operacionais do Banco do Brasil para abertura e liberação das contas bancárias dos participantes.

Diante desse cenário, Marcos recomendou que os agricultores realizem o planejamento de plantio somente após a autorização oficial para fornecimento, evitando prejuízos decorrentes da produção antecipada. Ressaltou, porém, que o período de vigência do programa é suficiente para que os agricultores consigam organizar o plantio e

realizar as entregas dentro do limite estabelecido pelo programa.

O representante da Coordenadoria de Agricultura também destacou que a equipe realizou todos os procedimentos possíveis de apoio aos agricultores, incluindo orientações, emissão de documentos e articulações junto aos órgãos responsáveis, mas que algumas etapas dependem exclusivamente de trâmites internos de outras instituições.

Por fim, reforçou a importância do planejamento produtivo alinhado aos prazos administrativos do programa, como forma de minimizar perdas e garantir maior segurança aos agricultores participantes.

Roseilda Duarte: Iniciou sua fala retomando as contribuições apresentadas anteriormente pela conselheira Lia Góes de Moura sobre planejamento produtivo e comercialização. Segundo Roseilda, uma das principais necessidades atuais é a aproximação entre a equipe técnica da Coordenadoria de Agricultura e a Cooperapas, de forma que os técnicos possam participar das reuniões da cooperativa, compreender diretamente suas demandas e orientar os agricultores a partir das necessidades reais de mercado.

Roseilda destacou que muitos agricultores já possuem atendimento técnico individualizado, porém ressaltou que o planejamento coletivo articulado junto à cooperativa pode tornar o processo mais simples, organizado e eficiente. Segundo ela, a Cooperapas já possui demandas consolidadas de clientes e canais de comercialização, sendo importante que os técnicos compreendam essas necessidades para orientar adequadamente os agricultores sobre o que produzir.

A conselheira observou ainda que atualmente muitos agricultores possuem diferentes demandas e atividades paralelas, o que torna mais difícil a articulação produtiva sem um planejamento centralizado. Assim, defendeu que a construção coletiva de planos de produção, alinhados às demandas da cooperativa, pode fortalecer a comercialização e melhorar a organização da produção agrícola.

Durante sua fala, Roseilda também relatou uma experiência recente envolvendo dificuldades para comercialização de sua produção de pimenta. Segundo ela, ao solicitar apoio em um grupo de comunicação, houve uma interpretação equivocada de que o problema estaria resolvido após um contato privado, quando, na prática, ainda não havia sido encontrada solução concreta para o escoamento da produção. Destacou, porém, que conseguiu comercializar os produtos com apoio da Cooperapas, ressaltando a importância das redes de cooperação entre agricultores.

Por fim, Roseilda compartilhou experiências relacionadas a atrasos em programas de aquisição de alimentos, relatando casos em que agricultores iniciaram produção antecipadamente e somente meses depois receberam autorização para fornecimento. Diante disso, reforçou a importância de maior diálogo entre agricultores e técnicos, defendendo que os produtores consultem previamente suas equipes técnicas antes de iniciar o plantio voltado a programas institucionais, buscando maior segurança e planejamento da produção.

Cristiano Gomes: Destacou que o acompanhamento técnico junto à Cooperapas já

ocorreu em anos anteriores, quando técnicos da Coordenadoria de Agricultura participavam regularmente das reuniões da cooperativa e mantinham diálogo constante com os agricultores.

Segundo relatou, ao longo do tempo, em razão de mudanças internas e reorganizações tanto na cooperativa quanto nas equipes técnicas, esse acompanhamento acabou sendo reduzido. No entanto, ressaltou considerar muito importante a retomada dessa participação mais próxima dos técnicos de referência nas reuniões da Cooperapas.

Cristiano informou ainda que pretende retomar essa articulação, solicitando o encaminhamento das agendas das reuniões da cooperativa para inclusão do tema nas pautas da equipe técnica da CAE Sul. A proposta é designar técnicos para acompanhar regularmente os encontros, fortalecer o diálogo com os agricultores e contribuir no encaminhamento das demandas apresentadas pela cooperativa.

Por fim, reafirmou a disposição da Coordenadoria de Agricultura em colaborar no que for possível para apoiar o planejamento produtivo, a comercialização e as demais necessidades apresentadas pelos agricultores e pela Cooperapas.

Jaíne Pacheco: da Horta das Virtudes, localizada na região do Capão Redondo/Campo Limpo, Zona Sul, iniciou sua fala cumprimentando os participantes e destacando sua satisfação em seguir participando do CMDRSS em seu segundo ano como conselheira. Relatou ainda sua trajetória recente na agricultura, iniciada por meio do Programa POT, ressaltando a importância da iniciativa em sua formação como agricultora familiar.

Jaíne contribuiu com o debate sobre comercialização e planejamento produtivo, reforçando as colocações feitas anteriormente pelas conselheiras Lia Góes de Moura e Roseilda Duarte. Defendeu a construção coletiva de soluções entre poder público e sociedade civil, sugerindo a criação de um grupo de trabalho voltado ao planejamento de plantio, comercialização e escoamento da produção agrícola.

A conselheira destacou também a importância de maior utilização dos equipamentos públicos já existentes, como os espaços das Casas de Agricultura e equipamentos ambientais, propondo a realização de feiras, encontros e atividades voltadas ao fortalecimento da agricultura urbana e familiar nesses locais. Segundo ela, é necessário ampliar o diálogo e a comunicação entre agricultores e gestão pública para melhor aproveitamento dessas estruturas.

Durante sua fala, Jaine também compartilhou experiências relacionadas à captação de recursos, empreendedorismo verde e agricultura sintrópica/agroflorestal, relatando inclusive a participação em edital cultural voltado ao fortalecimento de iniciativas comunitárias. Ressaltou que a agricultura envolve não apenas a produção de alimentos, mas também aspectos culturais, sociais e econômicos.

Por fim, colocou-se à disposição para colaborar em futuras atividades, palestras e espaços de troca de conhecimento, especialmente sobre planejamento anual de plantio, agricultura agroflorestal, geração de renda e fortalecimento da agricultura urbana e familiar.

Diego Blum: Informou que estão previstas para o mês de junho novas ações de formalização voltadas

aos agricultores da Zona Sul, especialmente na região de Parelheiros. Segundo relatou, a proposta é retomar os mutirões de atendimento e regularização, sendo possível que mais detalhes sobre essas ações sejam apresentados na próxima reunião do Conselho.

Diego destacou ainda que, ao longo de 2024 e 2025, já foram realizados mais de 200 atendimentos relacionados à formalização de agricultores, incluindo orientações sobre CNPJ rural, emissão de nota fiscal de produtor e formalização como MEI. Ressaltou que o atendimento relacionado ao MEI tradicional já se encontra disponível nas unidades e praças de atendimento gerenciadas pela ADE SAMPA.

Também informou que a ADE SAMPA segue em diálogo e articulação com a Coordenadoria de Agricultura para desenvolvimento de novas ações de apoio à formalização e fortalecimento da agricultura familiar. Por fim, colocou a equipe da ADE SAMPA à disposição para orientar e encaminhar demandas adicionais relacionadas à regularização e formalização dos agricultores.

Aloísio Areias: Agradeceu a participação do representante Diego Blum nas discussões relacionadas à formalização dos agricultores e consultou os conselheiros sobre a existência de novas manifestações referentes à pauta debatida. Não havendo novas inscrições, informou o retorno à pauta nº 1 da reunião.

Pauta 1. Aprovação de Atas

- Atas dos meses de maio, setembro, outubro e novembro de 2025
- Atas de fevereiro I, fevereiro II e março de 2026

Aloisio Areias: Comunicou que as atas referentes aos meses de maio, setembro e outubro e novembro, bem como as atas nº 1 e nº 2 de fevereiro e a ata de março de 2026, foram previamente encaminhadas por e-mail aos conselheiros para análise.

O secretário executivo questionou então se havia alguma objeção, sugestão de alteração ou manifestação contrária às atas encaminhadas, consultando o colegiado sobre a possibilidade de aprovação dos documentos para posterior publicação no Diário Oficial da Cidade e disponibilização no site do Conselho.

Por fim, solicitou a manifestação dos conselheiros presentes quanto à deliberação e aprovação das atas encaminhadas.

Ressaltou ainda que, considerando a aprovação por maioria simples dos conselheiros presentes, as atas referentes aos meses de maio, setembro, outubro e novembro de 2025, bem como as atas nº 1 e nº 2 de fevereiro e a ata de março de 2026, foram consideradas aprovadas. Informou que os documentos serão publicados no Diário Oficial da Cidade e disponibilizados no site do Conselho, contribuindo para manter as atividades e registros do CMDRSS atualizados.

O secretário executivo também incentivou os conselheiros a acompanharem o site do Conselho e sugeriu que o espaço possa futuramente receber mais conteúdos visuais e informativos, como fotos, relatos e registros das atividades desenvolvidas pelos agricultores e pelos programas vinculados ao CMDRSS, tornando a plataforma mais dinâmica e acessível ao público externo. Dando continuidade à reunião passou para a pauta 3.

Pauta 3. Apresentação Institucional

- Apresentação dos Gestores de Equipamentos das Casas de Agricultura Ecológica (CAEs) - SMDET/Coordenadoria de Agricultura

Na sequência, iniciou-se a pauta nº 3 da reunião, voltada à apresentação dos gestores das Casas de Agricultura Ecológica (CAEs). Durante esse momento, foi apresentada a participação do gestor da CAE Norte, que informou ter assumido a função em janeiro de 2026.

Gilson de Souza: Destacou que a CAE Norte está disponível para atender agricultores da região em relação a dúvidas, sugestões, solicitações, reclamações ou elogios relacionados aos serviços prestados, aos técnicos e aos programas vinculados à Coordenadoria de Agricultura, incluindo o Programa POT.

Também foram apresentadas informações sobre a estrutura disponível na unidade, incluindo estufas, sementes, adubação verde, cobertura de solo, equipamentos para apoio às atividades agrícolas e ações de doação de alimentos para instituições que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade social. Foi mencionado ainda o desenvolvimento de atividades educativas voltadas à visitação e ao conhecimento sobre plantio e agricultura.

Por fim, foi informada a localização da CAE Norte, situada na Subprefeitura Freguesia/Brasilândia, bem como os horários de atendimento ao público, permanecendo o espaço aberto para dúvidas e manifestações dos conselheiros presentes.

Tamy Araújo: Cumprimentou os participantes e destacou a satisfação em conhecer novos integrantes do Conselho e acompanhar as atualizações relacionadas à CAE Norte. Manifestou interesse em realizar uma visita ao equipamento, buscando conhecer melhor a nova organização, a estrutura disponível e o funcionamento das atividades desenvolvidas pela unidade.

Tamy ressaltou ainda a importância da aproximação entre os conselheiros e a Casa de Agricultura Ecológica da Zona Norte, considerando a facilidade de acesso ao local e a possibilidade de fortalecimento do diálogo entre agricultores, conselheiros e equipe técnica.

Por fim, colocou-se à disposição para contribuir como conselheira da sociedade civil representante da Zona Norte e agradeceu a oportunidade de participação nas discussões do Conselho.

Marcos Akira: Realizou sua apresentação informando que está à frente da unidade há aproximadamente um ano e destacou o trabalho desenvolvido pela equipe técnica responsável pelo atendimento aos agricultores da Zona Leste.

Durante sua fala, mencionou a atuação dos extensionistas que compõem a equipe da CAE Leste, ressaltando o acompanhamento contínuo realizado junto aos agricultores da região. Segundo avaliou, os atendimentos vêm ocorrendo de forma satisfatória, permitindo avanços importantes no fortalecimento da agricultura urbana na Zona Leste.

Marcos destacou ainda o grande potencial de crescimento da agricultura na região, especialmente no fortalecimento das associações e na ampliação da articulação entre os agricultores, apontando a comercialização como uma das principais frentes estratégicas para os próximos períodos.

O gestor também informou que, com as recentes mudanças na estrutura da Coordenadoria de Agricultura, a equipe da CAE Leste passou a contar com reforço de servidores, possibilitando maior aproximação junto aos agricultores. Relatou que já iniciou visitas presenciais às propriedades rurais e hortas da região, com o objetivo de conhecer melhor as demandas locais e fortalecer o acompanhamento técnico.

Por fim, colocou a equipe da CAE Leste à disposição dos agricultores e conselheiros para esclarecimentos, apoio técnico e encaminhamento de demandas, reforçando o compromisso de seguir fortalecendo a agricultura urbana e familiar na Zona Leste. E se colocou a disposição, se alguém tem alguma pergunta.

Lia Esperança: Iniciou sua fala pedindo desculpas pelo atraso e destacou a importância de participar das reuniões desde o início para acompanhar os debates e encaminhamentos. Em seguida, relatou as dificuldades enfrentadas pela horta comunitária da Vila Nova Esperança, especialmente em relação à comercialização da produção agrícola. Segundo ela, a ausência de canais de venda faz com que parte da produção seja perdida.

A conselheira explicou que os alimentos produzidos atualmente estão sendo utilizados principalmente na preparação de refeições distribuídas à comunidade por meio da cozinha solidária. Informou que são produzidas cerca de 220 a 230 marmitas destinadas a crianças e famílias em situação de vulnerabilidade, utilizando temperos e alimentos cultivados na própria horta. Ressaltou a importância da alimentação escolar, mas destacou que as crianças devem frequentar a escola prioritariamente para estudar, e não apenas pela alimentação oferecida.

Lia também relatou que a cozinha solidária recebe apoio do programa, porém afirmou que os recursos são insuficientes para custear integralmente as refeições, embora reconheça a importância da iniciativa.

Durante sua manifestação, apresentou críticas quanto à falta de suporte técnico e institucional à horta da Vila Nova Esperança. Relatou que anteriormente existiam seis projetos vinculados ao POT, restando atualmente apenas um, que ainda terá encerramento previsto para junho. Também mencionou a ausência de visitas técnicas, acompanhamento agrônômico e o não recebimento de materiais prometidos, como sombrite.

A representante solicitou maior atenção e apoio por parte da coordenação e dos órgãos públicos, pedindo que realizem visitas presenciais para conhecer a realidade e o trabalho desenvolvido na comunidade. Ressaltou que a horta possui grande dimensão e atende diversas demandas locais.

Além das atividades agrícolas e da cozinha solidária, destacou a criação de um ateliê de costura voltado à capacitação de mulheres da comunidade, com foco em empreendedorismo e geração de renda. Segundo ela, a proposta é fortalecer a sustentabilidade da Vila Nova Esperança por meio de iniciativas comunitárias e produtivas.

Por fim, enfatizou o empenho das pessoas envolvidas nos projetos, afirmando que o trabalho realizado exige dedicação intensa e compromisso diário. Reforçou ainda a necessidade de tratamento mais igualitário entre as hortas apoiadas pelo poder público e reiterou o pedido de suporte e reconhecimento às ações desenvolvidas na

comunidade.

Solange Dias: A agradeceu a participação de Lia Esperança e destacou a importância das colocações apresentadas sobre as dificuldades enfrentadas no programa. Informou que a Coordenadoria passou por uma reestruturação organizacional, com definição de diretoria e coordenações regionais das CAEs, visando melhorar o acompanhamento das demandas e o atendimento às hortas e projetos.

Explicou que a nova organização permitirá maior controle e acompanhamento das ações realizadas pelos técnicos, incluindo visitas e atendimentos às comunidades. Ressaltou que a proposta é fortalecer a coordenação dos trabalhos e garantir que os programas tragam resultados efetivos para os beneficiários.

Também afirmou que as demandas apresentadas serão encaminhadas à diretoria responsável e se comprometeu a realizar visita à Vila Nova Esperança para conhecer de perto a realidade da horta e verificar possibilidades de apoio além das ações já ofertadas pela Coordenadoria.

Por fim, informou que seriam feitos encaminhamentos para colocar representantes em contato e dar continuidade às demandas apresentadas durante a reunião.

Terezinha Matos: Relatou que o atendimento técnico em sua região tem ocorrido de forma positiva e afirmou estar satisfeita com o acompanhamento realizado pelos técnicos. Destacou que busca ativamente apoio sempre que necessário e reconheceu o empenho e dedicação das equipes envolvidas no trabalho junto às hortas e agricultores.

Entretanto, apontou a necessidade de ampliação do número de técnicos e de ferramentas disponíveis, ressaltando que atualmente existe fila de espera para atendimento, indicando que a estrutura ainda é insuficiente para atender toda a demanda existente.

Marcos Akira: Destacou que a expectativa para 2026 é de melhoria no atendimento prestado pela CAE Leste, especialmente com o apoio da nova diretoria. Informou que há perspectiva de ampliação do número de bolsistas e fortalecimento da patrulha rural e das ações de extensionismo voltadas aos agricultores.

Segundo ele, a tendência é de aumento da capacidade de atendimento e aprimoramento das atividades desenvolvidas junto aos agricultores ao longo do ano.

Magno Celso: Realizou um agradecimento público ao técnico Lucas pelo atendimento e apoio prestado às demandas apresentadas. Destacou o empenho, a dedicação e a disposição em auxiliar os agricultores e projetos acompanhados.

Ressaltou a importância de também reconhecer e elogiar quando o atendimento ocorre de forma positiva, afirmando que, assim como os problemas são apontados, é importante valorizar o trabalho das equipes quando as ações trazem resultados e apoio efetivo às comunidades.

Por fim, reiterou seu agradecimento pelo trabalho desenvolvido e pelo suporte oferecido.

Solange Dias: Agradeceu a manifestação de Magno Celso e reforçou que a proposta da Coordenadoria é aproximar a equipe técnica dos agricultores e

participantes do programa. Informou que os contatos dos responsáveis e coordenadores seriam disponibilizados para facilitar o atendimento, o encaminhamento de demandas e o recebimento de reclamações, sugestões e solicitações.

Destacou que as manifestações dos participantes são importantes para aprimorar o trabalho desenvolvido e melhorar os serviços prestados. Ressaltou ainda que a recente reestruturação da Coordenadoria busca fortalecer o acompanhamento das ações e garantir maior eficiência no atendimento às agricultoras, agricultores e projetos apoiados.

Também enfatizou que os profissionais envolvidos possuem compromisso com os beneficiários do programa e que todas as contribuições apresentadas ajudam a aperfeiçoar as políticas públicas voltadas à agricultura e ao desenvolvimento rural sustentável no município.

Por fim, passou a palavra para Bruna, da CAE Sul, dar continuidade às apresentações da reunião.

Bruna Silva: Apresentou-se como gestora da CAE Sul e destacou a importância das Casas de Agricultura Ecológica como instrumentos de apoio, articulação e fortalecimento das ações desenvolvidas pelas agricultoras, agricultores e comunidades atendidas. Ressaltou que a CAE Sul busca realizar encaminhamentos e atendimentos às demandas recebidas, inclusive direcionando solicitações para as equipes responsáveis quando necessário.

A gestora informou que a unidade mantém uma estufa cuja produção é destinada à doação para entidades sociais, projetos comunitários e pessoas em situação de vulnerabilidade social da zona sul. Segundo ela, o trabalho possui grande relevância social, especialmente por atuar em territórios periféricos e atender comunidades que enfrentam dificuldades econômicas e sociais.

Bruna também reconheceu o trabalho desenvolvido por Lia Esperança na Vila Nova Esperança, destacando a importância das iniciativas comunitárias voltadas às mulheres, à alimentação e ao fortalecimento social da comunidade.

Por fim, colocou a CAE Sul à disposição dos participantes e incentivou agricultoras, agricultores e lideranças comunitárias a utilizarem mais as Casas de Agricultura como espaços de apoio, articulação e aproximação com o poder público, fortalecendo as lutas e ações relacionadas à agricultura e ao desenvolvimento comunitário.

Aloísio Areias: Agradeceu a participação de Bruna Silva e reforçou que a proposta da Coordenadoria e das Casas de Agricultura Ecológica é oferecer apoio e desenvolver o melhor trabalho possível em benefício da agricultura no município de São Paulo.

Na sequência, informou que seria dada a palavra ao diretor Cristiano Gomes, destacando que muitos participantes já o conheciam de atuações anteriores. Antes da continuidade da reunião, abriu espaço para perguntas, dúvidas e questionamentos direcionados à Bruna e às ações desenvolvidas pela CAE Sul, incentivando a participação dos conselheiros e demais presentes.

Por fim, organizou a sequência das inscrições e encaminhou a palavra para a próxima participante da reunião.

Jaíne Pacheco: Destacou a importância das Casas

de Agricultura Ecológica (CAEs) como espaços de apoio à agricultura urbana, fortalecimento das hortas e articulação entre agricultores e poder público. Concordou com a necessidade de ampliar a utilização desses equipamentos, tanto para produção de mudas e bioinsumos quanto para realização de diálogos, feiras e outras ações voltadas ao fortalecimento da agricultura na região.

A conselheira ressaltou que um dos principais desafios enfrentados pelos agricultores é a burocratização dos processos, especialmente em relação à documentação necessária para acessar programas e políticas públicas. Segundo ela, é importante que o poder público auxilie na orientação e tradução dessas exigências, permitindo que agricultoras e agricultores consigam se organizar, inclusive por meio de associações, MEI e outras formas de regularização.

Também apresentou a proposta de criação de uma segunda CAE na zona sul, considerando as dificuldades de acesso enfrentadas por agricultores da região do Campo Limpo, Jardim Ângela, Monte Azul e adjacências, especialmente para aqueles que não possuem veículo próprio.

Jaíne relatou que sua experiência pessoal com a assistência técnica tem sido positiva, mencionando apoio em análises de solo, acesso a ferramentas, insumos, programas de transição agroecológica e emissão de CAF. Entretanto, destacou que outros agricultores relatam dificuldades no acesso ao mesmo tipo de atendimento e assistência técnica.

Por fim, reforçou a importância de ampliar a comunicação entre agricultores, conselheiros e equipes técnicas, permitindo melhor encaminhamento das demandas e fortalecimento da rede de apoio às hortas e iniciativas agrícolas da região.

Roseilda Duarte: Deu boas-vindas aos novos coordenadores das Casas de Agricultura Ecológica (CAEs) e destacou a importância da estrutura física e operacional desses equipamentos para apoio aos agricultores. Ressaltou, entretanto, que o principal avanço da nova organização é a existência de referências claras para encaminhamento e solução de demandas relacionadas à assistência técnica.

Segundo ela, anteriormente havia dificuldade para encaminhar reclamações e solicitações, pois não existia uma definição clara de responsáveis dentro da estrutura das CAEs. Com a nova organização e apresentação dos coordenadores regionais, avaliou que os agricultores passam a ter interlocutores diretos para tratar demandas e buscar soluções.

A conselheira também parabenizou o diretor Cristiano Gomes pela nova função, reconhecendo sua trajetória de mais de 13 anos na agricultura e sua experiência construída a partir da atuação na própria CAE Sul. Destacou ainda sua capacidade de articulação, empenho e busca por soluções para os desafios enfrentados pelos agricultores.

Por fim, afirmou estar satisfeita com a nova estrutura apresentada e com a criação de referências institucionais para atendimento e encaminhamento das demandas da agricultura urbana e periurbana do município

Cristiano Gomes: Apresentou-se como diretor responsável pela área de Assistência Técnica e Extensão Rural Sustentável (ATER), destacando sua trajetória de aproximadamente 14 anos de atuação na zona sul como extensionista e sua vivência na agricultura do território, especialmente na região

de Marsilac.

Durante sua fala, ressaltou a importância da apresentação dos gestores das Casas de Agricultura Ecológica (CAEs), afirmando que esses profissionais são referências para o atendimento aos agricultores e para o encaminhamento das demandas apresentadas pelas comunidades. Incentivou agricultoras e agricultores a utilizarem mais os equipamentos públicos das CAEs, reforçando que esses espaços pertencem à população e devem ser utilizados para fortalecimento da agricultura local.

Cristiano também destacou que a agricultura da cidade de São Paulo já se tornou referência em produção de alimentos saudáveis e agricultura sustentável, resultado do trabalho desenvolvido pelas agricultoras, agricultores, equipes técnicas e comunidades.

Em relação à estrutura técnica, informou que houve ampliação das equipes ao longo dos anos. Segundo ele, anteriormente existiam apenas três técnicos atuando na zona sul, enquanto atualmente há uma equipe maior, com previsão de reforço de novos profissionais. Explicou ainda que cada técnico atende um número elevado de agricultores, variando entre 50 e 100 atendimentos individuais, além da existência de grande demanda reprimida por assistência técnica.

O diretor afirmou que a proposta da Coordenadoria é continuar ampliando as equipes, fortalecer os programas vinculados às CAEs e organizar mutirões de apoio técnico e operacional, especialmente em regiões com menor cobertura de atendimento. Também destacou que as demais regiões da cidade estão passando por processo semelhante de reestruturação e fortalecimento das equipes e serviços oferecidos.

Lia Góes: Parabenizou a Secretaria pela escolha de Cristiano Gomes para a direção da área de Assistência Técnica e Extensão Rural Sustentável, destacando sua experiência, conhecimento da agricultura paulistana e proximidade com as demandas dos agricultores e agricultoras da região de Parelheiros e de toda a cidade.

A conselheira também relatou experiências positivas com projetos desenvolvidos em parceria com o programa Sampa+Rural, as Casas de Agricultura Ecológica e órgãos públicos municipais e estaduais, especialmente na implantação e fortalecimento de hortas escolares. Segundo ela, essas iniciativas têm papel fundamental não apenas na educação ambiental e produção de alimentos, mas também no incentivo para que jovens filhos de agricultores permaneçam no campo e deem continuidade às atividades agrícolas familiares.

Lia compartilhou relatos de estudantes que, após participarem das atividades das hortas escolares, passaram a enxergar a agricultura como oportunidade de geração de renda e continuidade do trabalho familiar. Destacou casos de jovens que retornaram às propriedades rurais para atuar junto às famílias na produção agrícola e implantação de novas hortas.

Também ressaltou a importância das parcerias entre poder público, agricultura familiar e projetos educacionais para fortalecer a sucessão rural, ampliar as oportunidades para os jovens e valorizar a agricultura como atividade econômica e social relevante para o município.

Por fim, reforçou que iniciativas como hortas

escolares, hortas em parques e ações de educação ambiental representam instrumentos importantes para incentivar a permanência das novas gerações na agricultura, fortalecer os territórios rurais e garantir continuidade ao legado das famílias agricultoras da cidade de São Paulo

Lia Esperança: Destacou as dificuldades enfrentadas pelas comunidades e hortas que atuam em contextos de vulnerabilidade social e econômica, ressaltando que muitos agricultores dependem do apoio das políticas públicas, das equipes técnicas e das parcerias institucionais para manter suas atividades e garantir melhorias para os territórios.

Em sua fala, afirmou que sua trajetória é marcada pela esperança, pela luta diária e pelo trabalho comunitário desenvolvido na Vila Nova Esperança. Também ressaltou a importância da atuação conjunta entre agricultores, poder público e equipes técnicas para construção de soluções que fortaleçam as hortas, a produção de alimentos e as iniciativas comunitárias.

Lia agradeceu a presença e a escuta dos representantes da Coordenadoria, gestores e técnicos apresentados durante a reunião, demonstrando expectativa positiva em relação ao fortalecimento do apoio às comunidades. Também convidou os participantes para conhecerem pessoalmente a horta e os trabalhos realizados no território, destacando a importância da troca de experiências e da construção coletiva do conhecimento.

Por fim, enfatizou que o aprendizado ocorre de forma compartilhada entre agricultores e comunidades e reforçou a importância da união e da cooperação para construção de um ambiente mais sustentável, solidário e fortalecido para todos os envolvidos nas ações de agricultura urbana e comunitária.

Marcos Santana: Apresentou sua trajetória profissional, informando que iniciou sua atuação na Prefeitura como estagiário e atualmente integra a Diretoria de Desenvolvimento Rural Sustentável. Destacou seu conhecimento sobre os territórios da zona sul, especialmente Grajaú, Parelheiros e Marsilac, e afirmou que a equipe atua com compromisso no fortalecimento da agricultura urbana e periurbana do município.

Entre os principais objetivos da diretoria, Marcos destacou a promoção da comercialização da produção agrícola, a realização de feiras e eventos, além da construção de parcerias estratégicas para fortalecer as ações de assistência técnica e desenvolvimento rural sustentável.

Também ressaltou a importância de programas e parcerias já implementados, como o Armazém Solidário e o programa Sampa+Rural, afirmando que essas iniciativas contribuem para ampliar oportunidades de geração de renda, comercialização e fortalecimento econômico dos agricultores.

Durante sua fala, convidou os participantes para a inauguração da estufa da Escola de Agroecologia de Parelheiros, localizada no Parque Ribeirão Colônia, destacando a importância do espaço para formação, produção e fortalecimento da agricultura local.

Além disso, informou sobre parceria realizada com o SEBRAE para oferta de cursos de empreendedorismo e desenvolvimento de habilidades voltadas aos agricultores e

participantes dos programas da Coordenadoria. Explicou que os cursos ocorrerão nas CAEs das diferentes regiões e reforçou a importância da participação dos agricultores para fortalecimento da formalização, da gestão e da sustentabilidade das atividades agrícolas.

Aloisio Areias: Abriu espaço para perguntas, manifestações e encaminhamentos dos participantes direcionados à equipe técnica, coordenadores e diretores apresentados durante a reunião.

Roseilda Duarte: Deu boas-vindas a Marcos Santana e destacou a importância das iniciativas de formação e capacitação apresentadas, especialmente os cursos em parceria com o SEBRAE.

A conselheira ressaltou, porém, que a comunicação entre a Coordenadoria e o Conselho precisa ser fortalecida, principalmente no compartilhamento antecipado de informações relevantes sobre programas, cursos, prazos e ações voltadas aos agricultores. Como exemplo, citou a divulgação recente relacionada aos programas POTs, afirmando que informações desse tipo poderiam ser encaminhadas também ao Conselho para ampliar o alcance junto às comunidades e grupos ligados à agricultura.

Roseilda destacou ainda que muitos conselheiros atuam em diferentes organizações, coletivos, cooperativas e redes de agricultores, o que permite ampliar rapidamente a circulação das informações e fortalecer a mobilização dos participantes para atividades, cursos e programas oferecidos pela Prefeitura.

Por fim, reforçou que a melhoria da comunicação e a definição clara dos canais de contato e responsáveis representam avanços importantes para o fortalecimento das ações do Conselho e das políticas públicas voltadas à agricultura urbana e periurbana.

Helen Souza: Destacou a importância da pauta sobre comunicação e sugeriu como encaminhamento a criação de um espaço centralizado de informações para apoio aos conselheiros, agricultores e lideranças comunitárias vinculadas ao Conselho e às Casas de Agricultura Ecológica (CAEs).

Entre as propostas apresentadas, sugeriu a criação de uma pasta compartilhada ou drive do Conselho contendo informações atualizadas sobre as CAEs, como endereços, telefones, horários de atendimento, nomes dos coordenadores, técnicos responsáveis, atribuições das equipes e serviços oferecidos em cada unidade.

Helen ressaltou que, embora algumas informações possam existir no site institucional, seria importante organizá-las de maneira mais prática, acessível e de fácil compartilhamento entre os integrantes do Conselho e as comunidades atendidas. Segundo ela, os conselheiros possuem papel estratégico na disseminação dessas informações em diferentes territórios da cidade.

Também destacou que mudanças frequentes de técnicos e equipes podem gerar dúvidas entre agricultores e agricultoras sobre quem procurar e como acessar os serviços oferecidos. Por isso, defendeu a importância de disponibilizar um organograma simplificado e canais atualizados de contato.

Por fim, colocou-se à disposição para colaborar na construção dessa proposta e reforçou que a sistematização das informações contribuiria para melhorar a comunicação, facilitar os atendimentos e fortalecer a articulação entre Conselho, equipes técnicas e agricultores.

Solange Dias: Considerou pertinente a proposta apresentada por Helen Souza sobre a criação de um espaço organizado para centralização das informações do Conselho e das Casas de Agricultura Ecológica (CAEs). Destacou que a dificuldade em localizar contatos, anotações e informações importantes ocorre também no cotidiano das equipes e participantes das reuniões, tornando necessária uma organização mais prática e acessível da comunicação.

O secretário executivo sugeriu inclusive a possibilidade de construção conjunta dessa proposta, envolvendo pessoas com interesse e experiência em comunicação e organização de materiais informativos. Ressaltou a importância de disponibilizar informações atualizadas de forma oficial, incluindo mudanças de técnicos, coordenações e contatos institucionais.

Também enfatizou que a criação de um sistema simples e acessível de consulta contribuiria para melhorar a comunicação entre agricultores, conselheiros e equipes técnicas, facilitando o acesso às informações e aos serviços oferecidos pelas CAEs e pela Coordenadoria.

Por fim, parabenizou Helen pela contribuição apresentada e reconheceu a relevância do tema para o fortalecimento da articulação e da comunicação dentro do Conselho. Agora vamos passar para a pauta seguinte.

Pauta - 4. Rolê Agroecológico e Programa POT

- Atualizações sobre o Rolê Agroecológico - Terezinha (Conselheira Titular)
- Plano Regenerativo dos Agricultores - verificação de atendimentos pendentes - Terezinha (Conselheira Titular)
- Programa POT: andamento, critérios de acesso e perspectivas de ampliação (número de vagas)

Terezinha Mattos: Destacou a importância do projeto “Rolê” para os agricultores participantes, ressaltando que a iniciativa trouxe segurança, expectativa de geração de renda e incentivo para investimentos nas propriedades e nas atividades agrícolas desenvolvidas junto às comunidades.

Segundo ela, o projeto teve impacto positivo não apenas para os agricultores, mas também para estudantes, professores e famílias que participaram das visitas e atividades realizadas nas propriedades rurais e hortas. Relatou que muitos alunos demonstraram interesse em retornar aos espaços visitados e aprofundar os conhecimentos sobre agricultura, produção de alimentos e sustentabilidade.

A conselheira afirmou que a continuidade do projeto gera grande expectativa entre os agricultores, que aguardam definições para saber se poderão continuar investindo e se preparando para receber novas atividades e visitas ao longo do ano.

Por fim, solicitou esclarecimentos e uma posição oficial sobre a continuidade do projeto “Rolê”, destacando que essa é uma dúvida compartilhada por diversos agricultores que participaram da iniciativa no ano anterior.

Solange Dias: Informou que a continuidade do

projeto “Rolê Agroecológico” também é uma preocupação da Coordenadoria e do Conselho, destacando que o tema vem sendo discutido em reuniões com a Coordenadoria de Alimentação Escolar (CODAE) da SME desde o início do ano.

Ressaltou que o projeto é considerado um instrumento importante para o fortalecimento da agricultura no município de São Paulo, especialmente por aproximar estudantes, escolas e comunidades das experiências desenvolvidas pelos agricultores urbanos e periurbanos.

Como encaminhamento, sugeriu que o Conselho formalize oficialmente a demanda por meio de um Requerimento de Informação, documento que poderá ser enviado à CODAE através de processo administrativo institucional. Segundo ele, a iniciativa permitiria obter uma resposta oficial sobre a continuidade, planejamento e perspectivas do programa.

Também informou que já houve manifestações anteriores do Conselho sobre o tema e orientou que fosse elaborado um documento coletivo contendo dúvidas, questionamentos, demandas e expectativas relacionadas ao projeto “Rolê Agroecológico”. Explicou que, após a construção do documento, ele seria encaminhado formalmente pela Secretaria Executiva do Conselho aos órgãos responsáveis.

Por fim, reforçou a importância da participação do Conselho nesse processo, destacando o papel do colegiado como espaço representativo e de articulação das demandas relacionadas à agricultura e às políticas públicas do município.

Roseilda Duarte: Informou que a solicitação de esclarecimentos sobre a continuidade do projeto “Rolê Agroecológico” já havia sido apresentada anteriormente pelo Conselho. Como encaminhamento, sugeriu a elaboração de um documento mais completo e estruturado, contendo dados sobre o impacto do projeto, incluindo número de estudantes atendidos, famílias beneficiadas e impactos diretos e indiretos gerados pela iniciativa.

A conselheira destacou que o programa ainda está vinculado à Secretaria Municipal de Educação, sendo importante compreender se existe previsão orçamentária para sua continuidade dentro do orçamento municipal e do Plano de Metas da cidade, onde o projeto está previsto.

Também ressaltou a importância de estabelecer diálogo direto com a Secretaria responsável para obtenção de respostas mais objetivas sobre a execução do programa ao longo do ano. Segundo ela, o Conselho precisa receber um posicionamento oficial sobre a continuidade ou não do projeto, especialmente devido à relevância econômica e social da iniciativa para agricultores e territórios envolvidos.

Roseilda explicou que o “Rolê Agroecológico” possui impacto significativo na geração de renda, no fortalecimento do turismo pedagógico e na dinamização econômica das propriedades rurais participantes. Citou como exemplo o aumento do número de trabalhadores envolvidos nas atividades durante os períodos de realização do projeto.

Por fim, alertou para a necessidade de agilidade nos encaminhamentos, considerando que a execução do programa normalmente ocorre no primeiro semestre e que atrasos nos processos administrativos e editais podem comprometer sua

realização no ano vigente.

Marcos Santana: Reconheceu a importância e o impacto do programa “Rolê Agroecológico” para os agricultores e territórios envolvidos, destacando que a Coordenadoria compreende a relevância social, econômica e educativa da iniciativa.

Entretanto, explicou que o programa é gerido por outra secretaria e coordenação da Prefeitura, sendo necessário manter alinhamento institucional e diálogo formal com os órgãos responsáveis para obtenção de informações oficiais sobre sua continuidade.

Informou que a equipe da Coordenadoria já realizou tentativas de contato e reuniões desde o início do ano, mas até o momento não recebeu respostas conclusivas nem previsão oficial sobre a execução do programa.

Como encaminhamento, reforçou a importância da formalização da demanda por meio de Requerimento de Informação elaborado pelo Conselho e encaminhado via processo administrativo. Segundo ele, a manifestação formal da sociedade civil organizada poderá fortalecer o pedido e contribuir para obtenção de uma resposta oficial mais rápida por parte dos órgãos responsáveis.

Terezinha Matos: Relatou que agricultores da zona leste seguem aguardando definições sobre a continuidade do plano relacionado ao projeto discutido na reunião, destacando que ainda não receberam informações concretas sobre o andamento das ações.

Segundo ela, há produtores que permanecem sem resposta oficial e demonstram preocupação quanto à continuidade do atendimento, do planejamento e das atividades previstas. Informou que os agricultores buscam esclarecimentos sobre se o plano será retomado, ampliado ou encerrado, bem como quais serão os próximos encaminhamentos por parte do poder público.

A conselheira reforçou a necessidade de um posicionamento claro para que os agricultores possam se organizar e planejar suas atividades com maior segurança.

Cristiano Gomes: Explicou que alguns planos e demandas provenientes da gestão anterior permaneceram em avaliação durante o período de transição administrativa. Informou que, com a chegada da nova coordenação liderada por Felipe de Oliveira, diversos processos passaram por reanálise, aprovação e encaminhamento.

Destacou que, devido ao grande volume de demandas acumuladas, os planos ainda estão sendo avaliados gradativamente pela equipe técnica e pela coordenação, incluindo eventuais ajustes necessários antes da aprovação final.

Em resposta à preocupação apresentada por Terezinha, orientou que os casos específicos dos agricultores da zona leste sejam encaminhados ao gerente da CAE Leste, Marcos, juntamente com os técnicos responsáveis, para verificação detalhada da situação de cada plano e posterior retorno aos agricultores envolvidos.

Por fim, reforçou que a nova gestão está trabalhando para regularizar as demandas pendentes e garantir maior acompanhamento dos processos junto às equipes técnicas e agricultores atendidos.

Jaíne Pacheco: Falou da importância de ampliar o diálogo e melhorar a comunicação sobre o funcionamento do Programa Operação Trabalho (POT), especialmente em relação aos editais, critérios e acompanhamento dos bolsistas. Sugeriu a realização de encontros e orientações nas Casas de Agricultura Ecológica (CAEs) para esclarecer dúvidas dos agricultores e coordenadores dos projetos.

A conselheira ressaltou que, apesar de sua experiência pessoal com o programa ter sido positiva, muitos agricultores relatam dificuldades, principalmente no encerramento das bolsas, falta de informações e insegurança quanto às prorrogações. Defendeu a necessidade de um acompanhamento mais humanizado e transparente, considerando que o programa atende pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Também sugeriu a criação de mecanismos de valorização dos participantes, como certificados, encontros de encerramento e registros dos impactos gerados pelos projetos desenvolvidos durante o período das bolsas.

Jaíne relatou ainda uma reclamação recebida de forma anônima por uma agricultora, que afirmou ter enfrentado dificuldades no encerramento de sua bolsa e se sentiu prejudicada em comparação a outro bolsista homem que teria conseguido prorrogação. Segundo a conselheira, a agricultora interpretou a situação como possível tratamento desigual de gênero.

Por fim, reforçou que o programa possui grande importância para geração de renda, fortalecimento da agricultura urbana e inclusão social, mas que necessita de melhorias na comunicação, previsibilidade dos pagamentos, encerramento das bolsas e acompanhamento dos bolsistas após o término do programa.

Helen Souza: Relembrou que, na reunião anterior, foi debatida a necessidade de criar um regulamento para o programa “POT”, destacando que o tema é recorrente e demanda encaminhamentos concretos. Explicou que havia ficado acordado que a Secretaria iniciaria uma proposta de redação para subsidiar a construção de critérios e regras mais claras para o programa, especialmente em relação à distribuição de bolsistas entre as hortas, já que algumas possuem mais bolsistas do que outras e algumas sequer contam com esse apoio.

A conselheira ressaltou a importância de estabelecer critérios transparentes, acessíveis e bem definidos, considerando o momento de fortalecimento da agricultura urbana e da aproximação de novos participantes interessados no trabalho com a terra. Também destacou a necessidade de criar mecanismos para acompanhar os bolsistas após o término dos dois anos de participação, propondo a construção de um banco de dados e de vagas para possibilitar a continuidade dessas pessoas na agricultura dentro da cidade de São Paulo.

Helen afirmou que há insatisfação por parte de algumas hortas em relação à condução atual do programa, mas reforçou que o objetivo do Conselho é contribuir de forma propositiva, apoiando a elaboração do regimento e dos critérios necessários. Por fim, colocou-se à disposição para participar de um grupo de trabalho menor que possa iniciar a redação do documento e avançar em soluções práticas para o tema.

Marcos Santana: Esclareceu que, até o momento,

a principal ação realizada em relação ao programa POT foi o desligamento dos bolsistas que já estavam com o prazo encerrado, em cumprimento à legislação vigente. Informou também que novas inserções de bolsistas já estão ocorrendo nas regiões Sul, Norte e Leste, a partir das indicações feitas pelos agricultores.

Explicou que a coordenação está elaborando critérios para a alocação de bolsistas, considerando fatores como tamanho da área, situação de vulnerabilidade, comercialização, doações e ações de educação ambiental desenvolvidas pelas hortas. No entanto, ressaltou que essa construção deve ocorrer de forma conjunta com o Conselho, conforme encaminhado na reunião anterior, com a apresentação de propostas pelos conselheiros.

Destacou que as realidades das hortas são bastante distintas, exigindo critérios mais amplos e equilibrados para definição da distribuição dos bolsistas. Ao final, manifestou concordância com os critérios debatidos na reunião e abriu espaço para continuidade das falas dos participantes.

Lia Esperança: Relatou a necessidade de ampliação do número de bolsistas do programa POT em sua horta, destacando que o espaço possui mais de 6 mil metros quadrados e ainda há áreas disponíveis para expansão da produção. No entanto, explicou que faltam mão de obra e infraestrutura adequada, como cercamento da área, devido à presença de cães circulando pelo local, o que compromete as condições sanitárias da horta.

A conselheira informou que atualmente a horta conta com apenas um bolsista, que será desligado em junho, e lembrou que outros participantes deixaram o programa anteriormente por não se adaptarem às atividades. Segundo ela, alguns bolsistas não compreendiam a necessidade do trabalho efetivo nas hortas, o que levou ao desligamento dessas pessoas.

Lia também ressaltou que, após essas saídas, não houve reposição dos bolsistas, prejudicando o funcionamento e a ampliação das atividades da horta. Finalizou afirmando que essa necessidade não é apenas da sua unidade, mas também de outras hortas que enfrentam dificuldades semelhantes.

Jordano Roma: Representante do Comusan no Conselho, questionou se existe alguma ação de formação básica ou continuada destinada aos bolsistas do programa POT. A partir das demandas apresentadas pelos demais participantes, destacou a importância da qualificação dos bolsistas, tanto para aqueles que estão ingressando no programa quanto para os que já participaram e desejam continuar no processo formativo.

O conselheiro ressaltou que ações de capacitação poderiam contribuir para o desenvolvimento de novas habilidades, fortalecimento das experiências adquiridas e melhor desempenho nas atividades desenvolvidas nas hortas. Finalizou afirmando que sua colocação era uma dúvida e uma reflexão sobre a necessidade de formação contínua dentro do programa.

Marcos Santana: Explicou que, antes do atual processo de desligamento dos bolsistas do programa POT, não havia ações estruturadas de capacitação ou especialização realizadas pelas gerenciadoras. Segundo ele, essa situação mudou com a nova coordenação, que passou a firmar parcerias para qualificação dos bolsistas.

Ele destacou parcerias com a Secretaria de Meio Ambiente, o SEBRAE e o SENAR, com a realização de cursos e capacitações já em andamento e outros previstos. Informou também que certificados serão emitidos aos participantes dos cursos realizados, incluindo atividades recentes.

firmou que tanto novos quanto antigos bolsistas do programa POT terão acesso às capacitações, reforçando que a ausência de formação no passado contribuiu para dificuldades enfrentadas pelo programa, inclusive no momento de desligamento dos participantes. Por fim, ressaltou que a gestão atual busca corrigir essa lacuna por meio de formação e da criação de canais de comercialização para os agricultores.

Roseilda Duarte: Reforçou que a agricultura urbana deve ser compreendida como uma pauta transversal, que envolve diversas dimensões além do cultivo, como turismo de base comunitária, comercialização e comunicação. Destacou que, embora existam alguns cursos já realizados (como os voltados para meliponicultura, compostagem e plantio), ainda há necessidade de formações mais amplas e estratégicas, como atendimento ao público, marketing digital e gestão de redes sociais, considerando as dificuldades dos agricultores em manter a divulgação de seus trabalhos.

Ela também chamou atenção para a importância de melhorar o planejamento na realização das capacitações, especialmente em relação à estrutura dos locais que recebem os cursos. Como exemplo, citou experiências anteriores em que os espaços poderiam ter sido mais bem aproveitados para fornecer alimentação no próprio local, em vez de contratação de marmitas externas, defendendo que isso também pode gerar renda e fortalecer os empreendimentos locais.

Por fim, Roseilda fez observações práticas sobre a qualidade da alimentação oferecida em alguns cursos e sugeriu que, sempre que possível, as refeições sejam feitas em espaços adequados e locais, valorizando os empreendimentos da própria rede e garantindo melhor qualidade aos participantes das formações.

Marcos Santana: Informou que o SENAR também deverá integrar futuras parcerias do programa, ainda em fase de análise jurídica, ampliando as ações de capacitação. Segundo ele, essas parcerias irão contemplar novas formações, incluindo cursos de turismo pedagógico e turismo rural, atendendo às demandas apresentadas pelos conselheiros.

Sobre a questão da alimentação nas capacitações, explicou que é necessário emissão de nota fiscal para aquisição de alimentos e citou o exemplo de fornecimento de refeições por uma comunidade local na região norte, destacando que o serviço é certificado e adequado às exigências, reforçou que as demandas de formação apresentadas serão contempladas dentro das parcerias já estabelecidas e das que estão em fase de implementação, como o SENAC. Por fim, indicou que o conjunto das ações visa ampliar a qualificação dos participantes e melhorar a estrutura dos programas em andamento.

Magno Celso: Questionou a forma como o programa POT vem sendo tratado, criticando a ideia de que ele ainda seja considerado experimental. Segundo ele, a agricultura exige mão de obra contínua e o programa deveria reconhecer melhor essa necessidade.

Ele argumentou que muitos bolsistas se adaptam

bem às atividades, desenvolvem experiência e desejam permanecer na agricultura, mas acabam sendo desligados ao final do período estabelecido, sem possibilidade de continuidade. Para ele, isso fragiliza tanto os trabalhadores quanto o próprio programa.

Magno sugeriu a criação de um modelo mais permanente ou “vitalício” do POT, permitindo que participantes que se destacam possam permanecer vinculados, desde que continuem recebendo capacitações e aperfeiçoamento. Ele reforçou que, considerando a importância da agricultura para a sociedade, deveria haver mecanismos que garantam a continuidade dos trabalhadores que desejam seguir na área.

Marcos Santana: Respondeu ao questionamento de Magno Celso explicando que o programa POT não pode ser vitalício, pois isso não está previsto na legislação que rege a iniciativa. Segundo ele, o objetivo do programa não é oferecer assistência permanente, mas sim promover apoio temporário para inserção e desenvolvimento dos participantes na agricultura.

Ele reconheceu, porém, que houve falhas no modelo anterior, especialmente pela falta de capacitação adequada e de acesso dos bolsistas ao mercado consumidor, o que dificultou a permanência de muitos na atividade agrícola após o término do programa, afirmou que a gestão atual está trabalhando para corrigir essas lacunas, estruturando ações de capacitação e inserção produtiva, mas reforçou que não é possível transformar o POT em um programa de caráter permanente.

Magno Celso: Reforçou sua crítica ao modelo atual do POT, afirmando que o debate não deve ser apenas sobre manter ou não o programa, mas sobre como estruturar uma política mais adequada às necessidades reais da agricultura. Ele defendeu que o nome ou formato do programa não é o mais importante, e sim a construção de uma política pública coerente e eficaz. Conselheiro questionou a lógica de adaptar a agricultura ao POT, argumentando que deveria ser o contrário: o programa é que deve ser ajustado às demandas e à realidade da agricultura. Para ele, a agricultura deve ser o eixo central das decisões, e não o programa em si.

Marcos Santana: Concordou parcialmente com as colocações anteriores e destacou que a melhor forma de fortalecer os participantes do programa é por meio de capacitação e acesso ao mercado consumidor, e não por meio de assistência prolongada da prefeitura.

Segundo ele, essa abordagem promove mais independência e sustentabilidade para os agricultores, além de ser mais digna e eficiente. Marcos explicou que o modelo atual prevê um período de dois anos de bolsa, com possibilidade de prorrogação em casos de vulnerabilidade, mas defendeu que o objetivo principal deve ser a criação de novas oportunidades de inserção produtiva.

Ele concluiu que o caminho mais adequado é ampliar as ações já iniciadas de qualificação e abertura de mercado, permitindo que os agricultores consigam se manter de forma autônoma após o término do programa.

Magno Celso: Discordou da posição anterior e reforçou que não é contra a existência de bolsas, mas defende que o programa deve garantir continuidade na formação dos participantes dentro

da agricultura. Para ele, o ideal é que os bolsistas tenham oportunidades de capacitação contínua, acesso a cursos e possibilidade de evolução profissional, podendo inclusive avançar para formações mais qualificadas, como engenharia agrônômica.

Ele criticou a ideia de desligamento automático ao final do período do POT, argumentando que isso faz com que pessoas já inseridas na agricultura acabem sendo perdidas pelo sistema. Segundo Magno, o programa deveria criar mecanismos para manter e qualificar esses agricultores, com incentivos progressivos e possibilidades de continuidade, em vez de interromper o vínculo.

Por fim, sugeriu que a legislação poderia ser revista ou adaptada para criar versões sucessivas do programa (como um “POT 2”), permitindo a permanência e o desenvolvimento gradual dos participantes.

Lia Góes: Apresentou seu ponto de vista contrário à ideia de tornar o POT um programa permanente, defendendo que ele não deve ser vitalício. Segundo ela, o programa deve ter um caráter temporário e formativo, contribuindo para aumentar a produção e a autonomia das propriedades atendidas.

Ela explicou que, em sua experiência, o trabalho do bolsista deve gerar melhorias concretas na produção, de forma que, ao final do período do programa, a própria propriedade consiga se sustentar e até remunerar trabalhadores se necessário. Como exemplo, relatou um caso em que um bolsista passou por sua propriedade, contribuiu para o aumento da produção e posteriormente conseguiu se inserir no mercado de trabalho na área de nutrição.

Lia destacou ainda que o objetivo do POT deve ser fortalecer a independência das propriedades e gerar resultados duradouros, permitindo que o agricultor ou proprietário possa continuar o trabalho sem depender do programa. Para ela, o benefício não deve se tornar uma dependência contínua, mas sim um instrumento de desenvolvimento e transição para maior autonomia produtiva.

Solange Dias: Explicou que a proposta do programa POT é justamente promover o desenvolvimento da agricultura por meio da capacitação dos bolsistas e do apoio direto aos agricultores. Segundo ela, o programa busca gerar emprego e renda ao mesmo tempo em que oferece formação prática no campo e outras capacitações complementares, como cursos do SENAR e do SEBRAE.

Ela destacou que os bolsistas podem ampliar suas oportunidades profissionais dentro ou fora da agricultura, inclusive em áreas como comunicação e gestão, sempre relacionadas ao setor agrícola. Solange também afirmou que alguns participantes podem evoluir para se tornarem produtores independentes, contribuindo para o crescimento de suas próprias propriedades e, posteriormente, até gerando novos empregos.

Por fim, reforçou que o objetivo do programa não é manter vínculos permanentes, mas sim promover autonomia, qualificação e inserção produtiva, fortalecendo tanto os agricultores quanto os bolsistas, de forma a movimentar a economia local e ampliar oportunidades no campo.

Lia Esperança: Esclareceu a questão da alimentação fornecida durante os cursos realizados próximos à comunidade, explicando que, quando há solicitação formal por meio de ofício, a comunidade fornece

marmitas como doação, sem cobrança. Ela destacou que esse apoio é voluntário e feito como contribuição às atividades.

Também fez questão de esclarecer a qualidade e o tipo de alimentação oferecida, afirmando que não são utilizados alimentos como enlatados, salsichas ou linguiças. Segundo ela, as refeições são compostas principalmente por frango e carne, conforme a disponibilidade e os recursos recebidos, além de legumes que também são doados para a comunidade.

Por fim, reforçou que a iniciativa tem caráter solidário e comunitário, sendo uma forma de apoio aos cursos e atividades realizados na região.

Roseilda Duarte: Reconheceu e elogiou o trabalho de doação de alimentos realizado por Lia, mas fez uma ponderação sobre a forma como essas marmitas estão sendo oferecidas em contextos de cursos do POT. Segundo ela, embora a ação seja nobre, esse tipo de doação seria mais adequado para pessoas em situação de vulnerabilidade.

Ela defendeu que, nos casos de cursos financiados por recursos e verbas do programa, o fornecimento de alimentação deveria ser remunerado, como forma de valorizar o trabalho da comunidade e contribuir para o fortalecimento do empreendimento local. Para Roseilda, essa prática ajudaria a garantir sustentabilidade financeira e reconhecimento pelo serviço prestado.

Helen Souza: Reforçou a necessidade urgente de avançar na construção dos critérios do programa POT, destacando que o tema já vem sendo recorrente nas reuniões sem uma definição concreta. Ela alertou que, sem encaminhamentos objetivos, as dúvidas continuarão se repetindo.

Diante disso, propôs formalmente a criação de uma comissão ou Grupo de Trabalho (GT) específico para elaborar os critérios do programa Operação Trabalho na agricultura. Solicitou que esse encaminhamento conste em ata e sugeriu que a presidência e demais membros da Secretaria participem da redação inicial.

Helen também informou que irá registrar a proposta no grupo de WhatsApp e convidar outros interessados a contribuir, indicando que já há pelo menos duas pessoas dispostas a participar da construção do GT.

Pauta 5. Insumos para Hortas

- Adubo orgânico
- Marcio Boggarim (Conselheiro Titular)

Aloisio Areias: Deu continuidade à reunião informando o encaminhamento da pauta número 5, relacionada a uma demanda do conselheiro Márcio Boggarim, da região do Jaraguá, que solicitou adubo orgânico. Ele pediu atenção da equipe técnica para avaliar e responder à solicitação posteriormente.

Em seguida, mencionou que o pedido será analisado e encaminhado aos responsáveis competentes. Aloisio também indicou a transição para a pauta seguinte (pauta 6), relacionada à fala do conselheiro Jordano, dando continuidade aos trabalhos da reunião.

Pauta 6. Programa PAA - Acompanhamento

- Jordano Roma - Conselheiro Titular

Jordano Roma: Agradeceu o espaço e retomou uma demanda trazida pela conselheira Luiza. Ele

explicou que, na última reunião ordinária, foi recebida uma consultora do MDS que está realizando um levantamento de demandas relacionadas ao programa PAA nos municípios do estado de São Paulo.

Ele solicitou informações sobre uma possível última chamada do programa no município, pedindo esclarecimentos sobre como foi feita a comunicação com os produtores, qual foi o nível de adesão e quais critérios foram utilizados para seleção dos alimentos incluídos na chamada.

Jordano informou que pretende levar essas informações de volta ao plenário para divulgação e melhor compreensão dos participantes.

Aloísio Areias: Informou que a consultora do MDS, que não pôde participar da reunião atual, havia sido convidada justamente para trazer informações relevantes aos agricultores sobre o programa PAA. Ele explicou que ela já participou anteriormente de outras instâncias e está acompanhando o tema em nível estadual.

Segundo Aloisio, a consultora se colocou à disposição para participar da próxima reunião do Conselho, ocasião em que deverá apresentar informações mais detalhadas sobre o programa, contribuindo para esclarecer dúvidas e apoiar os agricultores. Ele destacou que ela percorre o estado de São Paulo auxiliando prefeituras com orientações sobre o PAA e que sua participação trará mais esclarecimentos aos conselheiros e produtores.

Informou que, antes da próxima reunião ou até mesmo antes dela, irá organizar a coleta de perguntas dos agricultores sobre o programa PAA por meio do grupo de comunicação, para que as dúvidas sejam previamente encaminhadas à consultora convidada. Dessa forma, ela poderá trazer respostas mais objetivas durante a reunião e esclarecer outras questões que surgirem.

Em seguida, Aloisio abriu espaço para informes gerais, solicitando que agricultores e representantes da Secretaria pudessem apresentar comunicados, chamamentos ou divulgar eventos, encerrando o encaminhamento das pautas da reunião.

Pauta 7. Informes Gerais

Roseilda Duarte: Convidou os participantes para a Semana da Compostagem, que acontecerá no dia 16 de maio na Planta Feliz, destacando a participação do Instituto Redes, que desenvolve um trabalho de formação de redes de cidadania e economia solidária na periferia, com atuação em diferentes regiões, incluindo o noroeste, sul e ABC paulista.

Ela explicou que o instituto oferece cursos de capacitação voltados à economia solidária, comercialização e fortalecimento de empreendimentos, com o objetivo de ampliar o entendimento e a atuação das pessoas nesses temas, tanto em políticas públicas quanto em editais privados. Também mencionou ações de formação para aquisição de alimentos e organização de feiras na cidade.

Por fim, Roseilda reforçou o convite para que todos participem das atividades do Instituto Redes durante a semana do evento, ressaltando a importância da capacitação e do fortalecimento das redes de produção e comercialização.

Lucas Volpato: Informou sobre a realização de um

evento gratuito voltado à produção de morango, que acontecerá no dia 6 de maio, em Jarinu, no Parque do Morango. O encontro será promovido em parceria com produtores e associações locais e contará com palestras técnicas e participação de representantes da área comercial.

Ele destacou que o evento será uma oportunidade para agricultores e interessados conhecerem mais sobre a cadeia produtiva do morango, além de estabelecer contato com produtores da região. Também informou que haverá fornecimento de almoço e café aos participantes.

Lucas explicou ainda que, até o momento, não há disponibilidade de transporte para os participantes, mas que já buscou apoio junto à prefeitura e à equipe técnica para tentar viabilizar alguma ajuda. Finalizou dizendo que, assim que o folder oficial estiver pronto, irá compartilhá-lo com todos, reforçando que o evento já está confirmado.

Aloisio Areias: Realizou as considerações finais da reunião, agradecendo a participação de todos e reforçando que a Secretaria Executiva está à disposição para receber pautas antecipadas e auxiliar nos encaminhamentos do Conselho. Informou também que serão entregues certificados aos participantes de atividades anteriores na próxima reunião.

Aloísio destacou a importância de encaminhar previamente sugestões de pauta e lembrou da criação do GT relacionado ao POT. Comentou ainda sobre as dificuldades para viabilizar transporte para eventos fora da cidade, embora a equipe continue buscando possíveis parcerias e alternativas.

Por fim, encerrou a reunião agradecendo novamente a presença dos conselheiros e participantes.

Esta ata foi redigida e conferida conforme registro e escuta da gravação da reunião.

Aloisio Areias Bezerra da Silva

RF: 754.453-7

Secretário Executivo/CMDRSS

**Secretaria Municipal de
Direitos Humanos e
Cidadania**

**Secretária: Regina Celia da Silveira
Santana**

Rua Libero Badaró, 119 - 6º andar - Centro -

(11) 3113-9913 / 3113-9747

E-MAIL: smdhcgabinete@prefeitura.sp.gov.br

**COORDENADORIA DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

**Despacho Autorizatório | Documento:
161853069**

Interessados: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC.

Assunto: Termo de Contrato nº 166/SMDHC/2024